

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.014](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.014)

EDIFICANDO O CENÁRIO DAS ESCOLAS NORMAIS

Ana Paula Rodrigues Figueirôa

Graduada no curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade de Pernambuco -PE, Graduada em Pedagogia, UNICESUMAR – PR, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – PE, Professora da rede Estadual de Ensino de Pernambuco e dos cursos de Educação Física e Pedagogia da Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES-UNITA, anap_figueiroa@hotmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os ensejos que expressaram, em meados do século XX, a implantação do Ensino Normal em Niterói/RJ e em Recife/PE para a formação de professores, expondo uma contribuição expressiva para a história das instituições de Ensino Normal do Brasil. As instituições pesquisadas foram: *École Normale Supérieure* de Paris/França; Escola Normal do Município da Côrte, em Niterói/Rio de Janeiro; e as Escolas Normais do Recife: Escola Normal Oficial de Pernambuco e a Escola Normal Pinto Júnior da Sociedade Propagadora. Na organização é utilizado um trocadilho com as escritas das seções, isto é, pontua-se alguns nomes referentes a construção e edificação no sentido amplo da palavra construir, pois trazer essas instituições historicamente, é um traçado na reconstrução da formação dos nossos primeiros professores, que no nosso caso são as Normalistas. O método de pesquisa utilizado foi uma pesquisa documental, subsidiada pela bibliografia e com uma abordagem qualitativa, com os aportes nas Escolas Normais do Rio de Janeiro e as do Recife, e que a escola francesa propiciou o embasamento da gênese do Ensino Normal no Brasil. Os principais resultados é a história das instituições que tiveram como objetivo a formação de professores das primeiras

letras na França e no Brasil, que eram exclusivas para os rapazes, e com o passar dos anos e as transformações sociais e econômicas, passaram a ser especificamente para mulheres, que foram denominadas de Normalistas, pelo fato de estudarem nas Escolas de Ensino Normal.

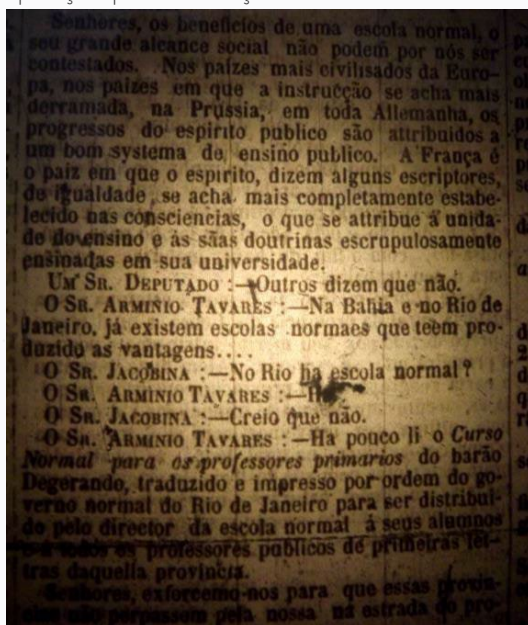
Palavras-chave: Ensino Normal, História das instituições, Memórias, Normalistas.

INTRODUÇÃO

No período de 1946 a 1972, foi caracterizado pela preleção que anunciava a formação e qualificação dos profissionais do ensino, principalmente nas questões normalizadoras, pois em 04 de setembro de 1946 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco o Decreto-lei nº. 1.448, de 03 de setembro de 1946, e, conseqüentemente, ocorrendo a criação do Instituto de Educação. Nesta pesquisa, foi trilhados caminhos históricos em busca da documentação do início do Ensino Normal. Para Tompson (2002, p.148) “[...] o documento é em geral um registro subsidiário”, sendo assim, o fato de ser escrito e oficial não o torna mais fiel à realidade.

A imagem 1, demonstra pelo Projecto nº. 55, publicado no Diário¹ de Pernambuco na segunda-feira 6 de junho de 1864, que a Escola Normal Oficial de Pernambuco teve a sua criação baseada nos modelos da França, Bahia e Rio de Janeiro.

Imagem 1 - Inspiração para a criação da Escola Normal de Pernambuco¹



Fonte: Acervo de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco (2013).

1 Escrito igual a ortografia da época.

Nesta pesquisa, será retratada a criação das quatro instituições educacionais que protagonizaram o Ensino Normal. A Primeira a ser estudada é a de Paris/França, *École Normale Supérieure* (ENS), pois a mesma é compreendida como a gênese do Ensino Normal, ou seja, foi a primeira escola do mundo que proporcionou este tipo de ensino.

As demais criações das Escolas Normais no Brasil seguiram o modelo da Escola da Cômte, em uma sequência cronológica e embasadas no decreto 10 de 1835, mas foi perceptível que nem todas tiveram o seu funcionamento logo após a publicação de seu decreto. Vários foram os motivos, os mais descritos nas bibliografias foram a falta de estrutura física das escolas e a falta de formação de professores para o preparo dos futuros professores do ensino primário.

Essas instituições têm vida curta e incerta, evidenciada pelos constantes movimentos de abertura e fechamento e que foram submetidas, ou pelo fato de existirem apenas no formato de lei, sendo instaladas somente anos depois de criadas. (DIAS, 2008, p.76).

Essas escolas nasceram para além da estrutura física, trouxeram uma grandeza de significados estimados pela sociedade brasileira. Apresentando a prosperidade de um futuro digno. Neste contexto, as moças da classe média aspiravam o acesso para a carreira docente e a equidade dos mesmos direitos dos homens.

Sabendo-se que o Ensino Normal apresentou relevância no sistema educacional, apesar de ter havido rescisões ao longo de todas as décadas com as reformas da educação brasileira, até a presente data ele encontra-se em vigor com a denominação de Ensino Normal Médio.

O progresso da criação das instituições educacionais voltadas para o Ensino Normal, criadas primeiramente para a formação dos professores e em seguida para as professoras, foi no intuito de trazer para as escolas primárias professores qualificados. Mas todas as deliberações e normatizações no final do século XIX estavam voltadas a instrução pública, baseadas nas políticas públicas educacionais da época. Para Villela (2008), estas escolas no início não matricularam nenhuma aluna, ressaltando que já haviam várias

escolas na Província que exigiam das suas professoras uma instrução a mais, isto é, não só os conteúdos obrigatórios como também “prendas domésticas e ensino religioso”.

Pela questão da antiguidade e conseqüentemente a criação, conduz a seguinte sequência de abordagem para os estudos das Escolas de Ensino Normal específicas deste estudo: a Escola Normal do Município da Côrte em Niterói/Rio de Janeiro; Escola Normal Oficial de Pernambuco e a Escola Normal Pinto Júnior da Sociedade Propagadora, ambas em Recife-PE.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida com os princípios dos estudos exploratórios e com cunho de pesquisa documental, onde versa clarificar e demonstrar documentos oficiais ou não, neste sentido os decretos leis, regulamentos, jornais locais e outros tipos de documento, consistindo em fontes primárias e secundárias, embasada com o aporte teórico da temática estudada.

Neste contexto do estudo, a abordagem qualitativa, se adaptou a pesquisa documental, com os procedimentos do delineamento da investigação, delimitando o foco, isto é, determinando os bancos de dados, que foram consultados, e que poderão ser revistos novamente, como forma de ampliar e aprofundar a pesquisa.

[...] pesquisa documental é a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 176).

Deste modo, a pesquisa documental demonstrou ser imprescindível para a contextualização histórica do cenário da criação das Escolas Normais no Brasil, a mesma foi um processo metodológico decisivo, pois ofereceu maior ênfase para o instrumento investigativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

EDIFICANDO O CENÁRIO DAS ESCOLAS NORMAIS

École Normale Supérieure

A criação da Escola Normal Superior da França não foi diferente das demais criações das Escolas Normais do Brasil. A *École Normale Supérieure* (ENS) viveu, na sua criação, questões políticas e sociais, inclusive é oriunda da revolução francesa (1789-1799). Com a instauração do novo Estado republicano na França, foi considerada uma formação nacional de mestres prioritários para as escolas. Repensando sobre os métodos antigos mediante o “novo tempo”, foi estabelecido um ensino com os melhores especialistas. No entanto, esta primeira escola de 1794 não durou muito e foi reformulada, através da ideia revolucionária para aquela época, chegando em um consenso que deveria ser instaurada aos poucos.

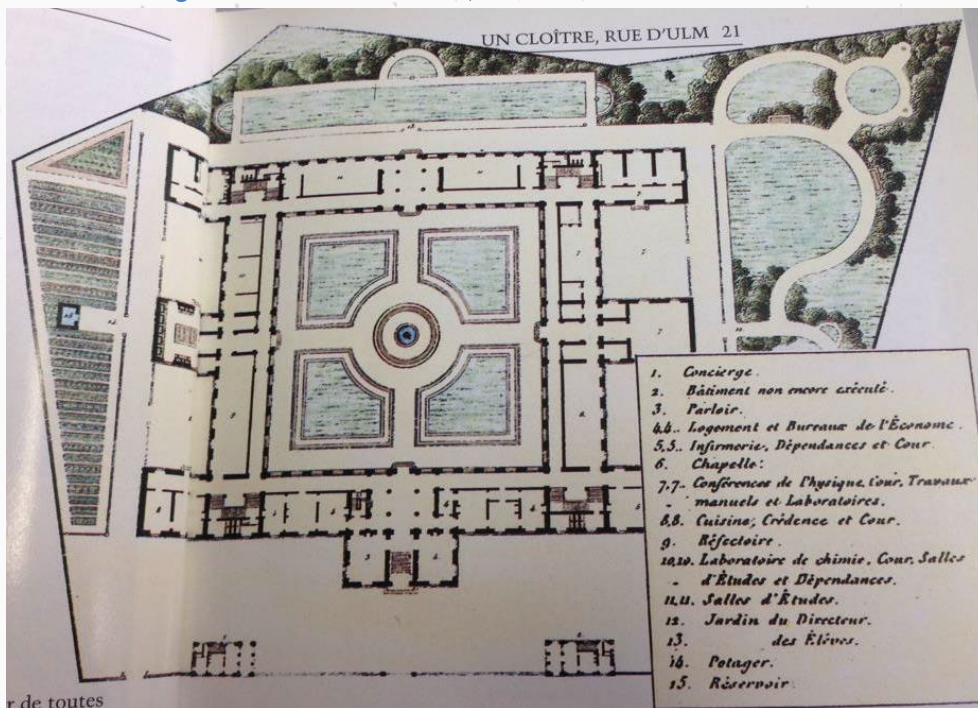
Para tanto, o jovem Napoleão Bonaparte herdou do Império a oportunidade deste sistema educacional. Apoiado pelo poder das elites, tenta abrir a Escola Normal no edifício da Universidade Imperial, em março, pelo Decreto 17 de 1808, mantendo alguns alunos e recrutando-os, utilizando critérios baseados no “mérito” e no “talento”.

Mas nem só de homens viveu a ENS. O ato inicial de julho de 1881 é aberto para as mulheres o alto nível de ensino, mas a fusão das meninas e meninos só aconteceu em 1987. Para Masson, (1994, p.36) “[...] *sera pour les femmes un extraordinaire instrument de promotion sociale en leur ouvrant là carrière de professeur des lycées de jeunes filles*”. “[...] será para as mulheres um extraordinário instrumento de promoção social em abrir para as meninas a carreira de professor do ensino médio” (tradução nossa).

No entendimento de Masson (1994) a escola foi criada nas escolhas ideológicas da República. Seus idealizadores, na maioria, foram democratas ou socialistas, aguçando uma paixão pela política. A *École Normale Supérieure* (ENS) foi inaugurada pelo presidente François Guizot, em 4 de novembro de 1847, com toda a ostentação que a época propiciava. Na biblioteca, 20.000 livros e armários de carvalho, com laboratórios e muitas salas, trazendo

uma atmosfera amigável para os seus alunos. Tornando um novo começo para este endereço: *Rue d'Ulm*, nº. 45, Paris-FR, que agora simboliza a Escola Normal de Paris.

Imagem 2 – Planta baixa, da primeira Escola Normal no mundo



Fonte: Maison de France - RJ (2014).

Este plano da Escola Normal mostra o modelo escolhido pelo arquiteto Henri Alphonse-Gisors: um grande pátio em torno do qual organiza os edifícios com dois jardins: o maior é o do diretor e o menor dos estudantes. Não se pode deixar de relacionar as similaridades da instituição francesa e a brasileira na questão do decreto, com sua publicação e a construção de um prédio imponente; no método de ensino; na oferta inicial para homens e só depois para as mulheres e a questão do uniforme relatado por Masson (1994). Em 1848, a ENS apresenta um novo uniforme, escolhido por um comitê: túnica escura. “[...] *Um jeune élève de l’époque, Dionys Ordinaire, l’avoue: “nous faisons bonne figure, et les filles, ma foi, nous regardaient...”* “[...] Um jovem estudante na época, Dionys Ordinaire

confessa: “nós estávamos fazendo uma boa figura, e as meninas, bem, nos observando”. (tradução nossa).

Essas eloquências se baseavam na relação do poder central de atribuir e organizar o Ensino Normal do país com a tradicional exclusão dos leigos e participação ativa das elites, principalmente com o discurso que se dava em geral para as escolas de Ensino Normal da França, em que os alunos iriam estudar com os “maiores sábios da época”, perpetuando a elitização e colaborando para a desesperança da instrução de elevação do nível de intelectualidade da população francesa.

TRACEJANDO O CENÁRIO DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DO MUNICÍPIO DA CÔRTE-NITERÓI/RIO DE JANEIRO-BR

A primeira Escola Normal Oficial do Brasil foi promulgada pelo Decreto 10 de 1835, pelo então presidente da província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, com o objetivo de formar pessoas para instruir no ensino primário, de acordo com a lei de 15 de outubro de 1827, aludindo até a presente data a comemoração do dia dos professores. Mediante a análise do decreto em lide, percebe-se até pela questão da época, que o mesmo é redigido no gênero masculino, inclusive na orientação para a indicação do diretor. Neste decreto, relatam-se todas as disciplinas que serão ministradas e o valor dos proventos dos professores.

Este documento é composto por dezoito artigos, assim explicados: no primeiro artigo, a promulgação da escola; no segundo, as disciplinas; no terceiro, trata da edificação e a mobília; no quarto, os requisitos para ser aluno; no quinto, o mínimo de estudantes, inclusive diminuindo o salário do diretor caso não atinja mais de dez alunos; no sexto, a documentação necessária para a matrícula; no sétimo, aborda a ajuda de custo, incentivando as pessoas para efetuarem a matrícula; no oitavo, relata os critérios para o recebimento da ajuda de custo; no nono, fala sobre o fiador; no décimo, o concurso público para professores e alunos, na presença do presidente; no décimo primeiro, a substituição dos professores; no décimo segundo, a falta dos professores; no décimo terceiro, a hierarquia da escola; no décimo quarto, a autoridade da presidência,

inclusive na demissão do diretor e dos professores, como também o fechamento do estabelecimento educacional; no décimo quinto, a suspensão das “cadeiras” que não tiverem professor; o décimo sexto, a falta de uma lei curricular que possa delegar quais as disciplinas; no décimo sétimo, o regulamento dos exames e frequências, e por último, o décimo oitavo, revogando qualquer lei que fale sobre o Ensino Normal.

Examinando os artigos que compõe o decreto da primeira Escola Normal do Brasil e da América Latina, é perceptível as instruções normativas administrativas, sem o cunho específico pedagógico. Somente em 16 de março de 1881 é que foi promulgado o novo Regulamento para a Escola Normal do Município da Côrte, pelo Barão Homem de Mello. Este novo regulamento, composto por quinze capítulos, especificava melhor as questões pedagógicas.

A criação da escola normal se dá num momento marcado por forte idealização da educação que caracterizou por uma crença ilimitada no poder civilizatório da instrução. Para os homens daquela época, a principal causa do atraso e da criminalidade no país residia na falta de instrução do povo. Assim esperavam, através da formação de professores, derramar as “luzes” sobre a população e garantir a ordem naqueles tempos tumultuados. (VILELLA, 1990, p. 140).

Outros modelos e regulamentos de instituição foram instaurados no final do século XVIII, e ao longo do século XIX, em relação ao Ensino Normal, bem como a conjectura dos decretos, mudanças de endereços, abertura e fechamento de estabelecimentos de ensino, modificações curriculares, agregações com outros estabelecimentos de ensino e extinções. E isso não só no Rio de Janeiro, mas em todo o território brasileiro, onde a data de promulgação da criação diverge da data da abertura do curso propriamente dita, demonstrando que a consolidação da formação dos professores perpassou por vulnerabilidades de diferentes instâncias, levando-se a reflexão da dualidade entre o que se promulgava pelo modelo do governo através dos decretos e o que se via propriamente na prática deste modelo de formação.

Neste contexto, houveram muitas mudanças ao longo dos anos com o Ensino Normal da Escola da Côrte, devido às demandas das questões políticas e da sociedade que se urbanizavam e clamavam

pela reforma no ensino, principalmente em relação à formação de professores, onde o currículo sofreu mudanças e essas não se davam apenas no âmbito da aprendizagem, era também na estrutura física da escola, nas denominações e endereços.

Quadro 1- Cronologia da Criação da Escola Normal do Município da Côrte

ANO	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1835	Criação da Escola Normal	
1847	Fusão com o Liceu Provincial	Rua Vereador José Vicente, 269 - Engenhoca, Niterói - RJ
1862	Reestabelecimento e abertura para o sexo feminino	Rua da Princesa, Niterói - RJ
1871	Escola Normal	Rua Marechal Deodoro, Niterói - RJ
1874	Escola Normal	Rua São João, Niterói - RJ
1890	Escola Normal, extinta e tem uma nova fusão com o Liceu de Humanidades de Campos	Rua Barão da Lagoa Dourada, 15 - Centro, Campos dos Goitacazes
1895	Escola Normal	Prédio do Tesouro Estadual - Rua Marechal Deodoro, Niterói - RJ
1900	Escola Normal	Palácio do Governo - Rua Presidente Pedreira, Niterói - RJ
1921	Escola Normal	Sede Própria - Praça da República, Niterói - RJ
1931	Reagrupa novamente com o Liceu Provincial, com a nova denominação de Liceu Nilo Peçanha	Rua Vereador José Vicente, 269 - Engenhoca, Niterói - RJ
1938	Criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro	Tv. Manoel Continentino, - São Domingos, Niterói - RJ
1954	Última transferência do Curso Normal, para o Prédio atual	Tv. Manoel Continentino, - São Domingos, Niterói - RJ
1965	Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho	Tv. Manoel Continentino, - São Domingos, Niterói - RJ

Fonte: Blog do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, (2014).

A formação dos professores nas Escolas de Ensino Normal não se deu propriamente nas escolas com a denominação “Escola Normal”, e sim era oferecido o “Curso Normal” em outras instituições educacionais, isto é, foram se emoldurando aos padrões de outros estabelecimentos educacionais.

Com o passar dos anos, a Escola Normal do Rio de Janeiro foi crescendo e ofertando o ensino só para o gênero feminino. Mas não perdeu o seu caráter elitista, excludente, com uma proposta conservadora, quando em meados do século XX só estudavam moças da classe média-alta do Rio de Janeiro, Figueirôa (2017).

Permanecendo a elitização e endossando a meritocracia, ou seja, classificando as “melhores” com emprego público na própria escola, inclusive de uma escola para outra tinha o privilégio da escolha do local onde se queria trabalhar, isso para as Normalistas que mais se destacassem. Neste aspecto prevalecendo as ideias pedagógicas dos bons costumes, que estavam implantadas em todo o processo educacional, e com a intencionalidade de preservar o caráter conservador, onde poderiam atingir níveis de civilização.

A história das alunas, professoras(os) e funcionárias(os) se entrelaçam com a da Escola Normal do Município da Côrte, pela vivência e permanência mesmo após a formação e/ou aposentadoria. A centralização e o modelo de uma escola de formação profissional perpassaram a esfera pública e se traduziu na organização privada, onde também as alunas que eram formadas pela Escola Normal do Município da Côrte (ENMC), tinham sua vaga de trabalho nas escolas particulares, Figueirôa (2017).

O modelo centralizador e burocrata uniformiza o Ensino Normal em todo o país, fazendo com que os Estados reformulassem as Escolas Normais, quando as mesmas passavam a ser Institutos Educacionais, cabendo aos Estados o direito de adaptar as determinações às diferenças e necessidades regionais e administrar o ensino, respeitando o espírito da lei.

No que se diz respeito ao Ensino Normal a nível nacional, encontram-se várias referências sobre esse aspecto. Uma destas para este estudo foi a dissertação de Leonor Maria Tanuri, com o título: Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil (1969), e outra foi a tese de Heloísa de Oliveira Santos Villela, intitulada: A primeira Escola Normal do Brasil uma contribuição à história da formação de professores. “[...] a primeira Escola Normal brasileira só seria fundada a 4 de abril de 1835, em Niterói, iniciativa esta que pode, entretanto, ser colocada entre as pioneiras na América”. Tanuri (1969, p. 17).

A ENMC passou a ser Instituto de Educação pelo Decreto nº. 3.810 de 19 de março de 1932, antes do Decreto-Lei nº. 8.530, de 2 de Janeiro de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal, que estabelecia essa mudança para todas as Escolas Normais de todo o país que passaram a ser Institutos de Educação. No caso da ENMC, passou a ser o Instituto de Educação de Niterói, integrando a Escola Normal, o Grupo Escolar Getúlio Vargas e o Jardim de Infância Maria Guilhermina. Considerado o estabelecimento padrão do Ensino Normal no Estado. Este prédio foi concluído em 1968 no governo de Geremias de Mattos Fontes e tendo como Secretário de Educação e Cultura Luiz de Araújo Braz.

Imagem 3 - Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho



Fonte: A autora, (2014).

Fazendo um comparativo da temporalidade dos decretos e das novas modalidades estruturais das duas instituições públicas, as mesmas mudam de Escola Normal para Instituto Educacional na mesma época, a ENMC em 1938 e a Escola Normal Oficial de Pernambuco (ENOPE) em 1942.

PROJETANDO A HISTÓRIA DAS ESCOLAS DE ENSINO NORMAL EM RECIFE

Escola Normal Oficial de Pernambuco

Para o estudo da Escola Normal Oficial de Pernambuco (ENOPE), é necessário o entendimento da estrutura, do funcionamento, dos objetivos e da legalidade desse estabelecimento, dentro do contexto da educação profissional docente nacional, buscando as origens destas instituições no país, demonstrado nas seções anteriores.

A Escola Normal Oficial de Pernambuco teve a sua origem em 1864, e tinha como objetivo formar professores para atuarem no magistério de ensino primário e de nível secundário (hoje Ensino Normal Médio). Mesmo esta instituição sendo criada especificamente para a formação docente, a mesma não foi designada como um modelo acabado e com um prédio próprio. As mudanças ocorreram de acordo com as especificidades da época. Daí podendo se justificar a abertura e o fechamento de várias Escolas de Ensino Normal no Brasil, e que em Pernambuco não foi diferente. Para Saviani (2007), as instituições são locais de atuação com objetivos peculiares em um determinado grupo social, tanto na sua gênese como no seu funcionamento ou encerramento, em um arcabouço de um ciclo funcional. A ENOPE, desde a sua criação, foi voltada exclusivamente para a formação de professores homens. Depois aconteceram as mudanças de prédio, a inserção das mulheres, a transformação em Instituto de Educação e, em seguida, no Complexo Educacional de Pernambuco.

As relações de poder, a cultura local e os preceitos da época, regulamentam a dinâmica das instituições. Sendo que no projeto de criação da Escola Normal a mulher não tinha o direito de estudar. O domínio dos homens na trajetória da Escola Normal Oficial de Pernambuco, que vai sendo construído não só no contexto da escolarização, da profissão e no seu papel de esposo e pai, vai sancionando relações fundamentadas na dualidade da competição, símbolos, direitos e deveres impostos pela sociedade, inclusive na inserção das mulheres na ENOPE, pois a sua admissão encontrava-se vinculada as circunstâncias financeiras do estado, ou

seja, em 1874, dez anos após a sua inauguração, pela Lei 1148 de 08/06/1874 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1975) a mulher só estudaria se houvesse recursos para tal modalidade.

A concepção do que necessitaria ser a estrutura física e pedagógica da ENOPE, encontra-se presente no Projecto 55 pelo discurso do Sr. Armínio Tavares ao presidente da província, defendendo a instrução pública como no seu Decreto e Regulamento, quando impõe saber ler e escrever, contar e ter bons costumes para o seu ingresso, limitando a presença inicial da mulher nesta instituição, a falta de sede própria, e as várias mudanças de endereço, mesmo sendo uma escola pública. Vejamos o que diz o Projecto 55.

Sr. presidente, o espirito, como o corpo, tem suas necessidades vitais: o espirito carece de ensino como o corpo do pão; e sem pão, o corpo delinha e morre, assim sem o ensino, o espirito não vive... Instruir, pois, senhores, um povo é dar-lhe vida é moralisa-lo, é civilisa-lo.

A criação da Escola Normal Oficial de Pernambuco em meados do século XIX, no Estado de Pernambuco, sofreu e mudou de acordo com todas as influências, sociais, políticas e econômicas do país, passando da República Velha, ao Estado Novo, até chegar então ao período chamado por Aranha (2006) de República Populista (1945-1964). De acordo com Aranha (2006, p.295) “[...] Surgiu a partir do período entre guerras, com a emergência das classes populares urbanas, resultantes da industrialização, quando o modelo agrário-exportador foi substituído aos poucos pelo nacional-desenvolvimentismo”.

Na retrospectiva da localização, estava situada primeiramente na antiga Torre da Alfândega, no bairro do Recife. Em seguida, passou a realizar suas atividades no Casarão Colonial na Rua da Praia. Em 1900, a sua localização era nas dependências do Ginásio do Recife, atual Ginásio Pernambucano. Seu primeiro prédio próprio foi em 1920, na Praça Adolfo Cirne, mas em 1962 começaram as obras para sediar a Câmara de Vereadores do Recife neste referido local, onde até então funcionava a Escola Normal, situada na Rua Princesa Isabel, ao lado do Parque Treze de Maio, na Boa Vista, onde a Câmara está até os dias atuais. E a Escola Normal mudou seu

endereço e nome, após o Decreto-Lei nº. 1.448, de 03 de setembro de 1946, publicado no Diário Oficial de Pernambuco.

O Complexo Educacional de Pernambuco foi composto pelas escolas: Jardim de Infância Ana Rosa Falcão de Carvalho (Ensino Infantil); Escola Cônego Rochael de Medeiros (Ensino Primário); Escola João Barbalho (Ensino Ginásial); Escola Sizenando Silveira (Ensino Científico) e a Escola Sylvio Rabello: Ensino Profissionalizante e Ensino Normal. A estruturação como Centro Integrado Instituto de Educação de Pernambuco, aconteceu através do Decreto Estadual nº. 2.631, de 26 de outubro de 1972, que se baseou na Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971, que trata das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (BRASIL. Lei nº 5.692, 1971; PERNAMBUCO. Decreto nº. 2.631, 1972).

Essas reformas se deram em várias instâncias, e, segundo Lima (1985, p.89), houve um concurso de arquitetura em 1956, de grande importância no cenário local e que contribuiu para a afirmação profissional dos jovens arquitetos Marcos Domingues da Silva e Carlos Correia Lima, ganhadores do citado concurso, e que participaram da elaboração do projeto do Instituto de Educação de Pernambuco (IEP).

Imagem 4 - Vista da Câmara dos Vereadores do Recife, antiga Escola Normal Oficial de Pernambuco e o atual Instituto de Educação de Pernambuco



Fonte: A Autora, (2014).

Percebe-se que a contextualização em torno da Escola Normal Oficial de Pernambuco e em seguida o Instituto de Educação de Pernambuco é imensa, pois se trata de uma instituição de prestígio

social. Sua estrutura física é notória pela grandiosidade e pela sua localização, ambas na região central do Recife.

ESCOLA NORMAL PINTO JÚNIOR DA SOCIEDADE PROPAGADORA

Com a Escola Pinto Júnior, as mudanças físicas e pedagógicas também ocorreram ao longo dos anos. Sua criação ocorreu após oito anos da criação da Escola Normal Oficial de Pernambuco, tendo o mesmo viés, que era a formação de professores primários, e só depois foi instaurado o Curso Normal de Senhoras, onde as mesmas estudavam à noite. Segundo o Diário de Pernambuco (17/09/1975), em 1891 seu nome foi alterado para “Escola de Ensino Secundário para Senhoras”, para só então com um novo regulamento de 1903, passar a ser chamada “Escola Normal Pinto Júnior”.

Ainda na época do Conselheiro Pinto Júnior, a Propagadora transferiu-se para o Pátio de Santa Cruz, e, depois para a Praça Maciel Pinheiro, sendo já conhecida como “a melhor escola de preparação de senhoras” e a mais procurada pelos pais que queriam ver as filhas formadas em professoras. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, (17/09/1975).

Inicialmente, as duas instituições de Ensino Normal do Recife funcionaram em um único prédio. No período da manhã funcionava a ENOPE e no período da noite a Escola Normal Pinto Júnior da Sociedade Propagadora (ENPJSP) com as mulheres, acompanhadas por seus pais, como forma de concessão de prédio e retratando subjetivamente a relação de poder. Pela manhã estudavam as moças de classe média, que desfilavam pelas ruas do Recife, e à noite, as moças do curso da sociedade propagadora, Figueirôa (2017). Essa situação é chamada por Nobert Elias (2000) como “estratificação social”, quando ocorrem diferenças dentro de uma mesma sociedade, entre os velhos e novos habitantes, que nesse caso são as Normalistas.

A criação da Escola Normal Pinto Júnior, foi propiciada pela Sociedade Propagadora da Instrução Pública, criada em 1872, fundada pelo Prof. Bel. Magistrado e Conselheiro João José Pinto Júnior (Prof. da Faculdade de Direito). A princípio teve o apoio de

intelectuais pernambucanos, como: Cônego Rochael de Medeiros (até hoje existe uma escola pública estadual com seu nome); João Barbalho (também até hoje existe uma escola pública estadual com seu nome) e essas duas escolas públicas fazem parte do Complexo Educacional de Pernambuco; Afonso Olindense (nome de uma avenida no bairro da Várzea); Arnóbio Marques (nome de rua no bairro da Boa Vista); Martins Júnior (nome de rua no bairro da Boa Vista). Trazendo para a população bibliotecas, instalação de museus e a Escola de Farmácia, que foi agregada com a Faculdade de Medicina, e assim sendo criada a primeira escola que não era pública, não sendo mantida pelo governo e sim por um grupo de intelectuais no período do Governador Francisco de Farias Lemos.

Para custear as despesas, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública recebia doações de toda ordem: sócios doavam livros para as bibliotecas e roupas para os alunos necessitados ou mesmo donativos em dinheiro; companhias de teatro ofereciam a renda de espetáculos; senhoras da sociedade doavam a renda de concertos e recitais (vocal e instrumental) e a renda de peças (obras de arte) leiloadas; imóveis eram cedidos por alguns associados, para funcionamento de escolas (com toda a mobília necessária) são alguns exemplos. (MONTEIRO e GATI, 2004, p.108).

Segundo Figueirôa (2017, p.88), para D. Edivalda que é uma das sócias da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, “[...] Edivalda: Olhe, isso é um grupo de abnegados sem fins lucrativos. Ninguém deu um tostão para ser sócio disso aqui, também não recebeu um tostão para ser sócio”, ou seja, é uma instituição sem fins lucrativos e existe até hoje, onde o prédio situado na Rua: Riachuelo nº 649, é mantido com o aluguel das salas para outros cursos, mesmo sendo decretado pela Prefeitura do Recife como imóvel de Preservação especial.

Fazendo um comparativo com a Escola Normal Oficial de Pernambuco e com a Escola Normal Pinto Júnior, a estrutura física e a organização se assemelham, porém na Pinto Júnior² havia o subsolo enquanto que na Oficial de Pernambuco não existia esse espaço.

2 Também estava localizada na área central do Recife.

Imagem 5 - Escola Normal Pinto Júnior da Sociedade Propagadora



Fonte: A Autora, (2014).

A organização escolar é própria de uma época, longe de ser uma dimensão neutra e sim agregada de valores e normas, pela suntuosidade do prédio, sua localização, e o grupo de professores que fazia parte da escola, caracterizando a intenção de criar novos espaços educacionais, demonstrando à sociedade que é possível haver boas escolas que não sejam públicas e nem privadas com cunho lucrativo.

Segundo o Diário de Pernambuco (1975), o então diretor e professor Gilberto Fraga Rocha fez a última transferência do prédio que ficava situado no bairro do Monteiro, zona norte do Recife, para a zona central, onde se encontra até os dias atuais. Porém, na gestão de Cândido Duarte, na década de 1930, a Escola foi ampliada e reformada pelo Eng. Heitor de Andrade Lima, que futuramente viria a ser o novo diretor da referida instituição, até 1968.

Porém, mesmo havendo no seu início a comparação e estigmatização desta Sociedade e conseqüentemente a Escola Normal Pinto Júnior, criou-se um quadro de professores renomados no Estado de Pernambuco, dando evidência a qualidade do Curso Normal, e mesmo esta Sociedade sendo criada por pessoas vinculadas a religião católica, a mesma não tinha normatizações metodológicas com nenhuma crença.

Com o passar dos anos, com as várias mudanças de locais, com a morte do seu mentor o Prof. Pinto Júnior, e com os novos moldes de ensino propostos pelo governo, o encerramento do Curso Normal da Pinto Júnior foi consequência das mudanças do Ensino Normal, que passou para o Magistério e hoje se configura como Ensino Normal Médio. Mas, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN) Brasil (1996), passou-se a exigir a formação do professor das séries iniciais ao nível superior, havendo o declínio dos Cursos Normais de nível médio.

Mesmo se encerrando o curso Normal na Pinto Júnior, o Ensino Normal da antiga ENOPE se perpetua na Escola Sylvio Rabello, no Instituto de Educação de Pernambuco, com a denominação de Ensino Normal Médio. Mas o orgulho, os ensinamentos e a grandiosidade de se estudar na única Escola sem fins lucrativos do Estado de Pernambuco, se perpetuam na memória das Normalistas, que não só diferenciavam com a cor dos uniformes como também na sua intelectualidade, até os dias atuais, Figueirôa (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi apresentado como ponto de partida a história de quatro instituições que tiveram como objetivo a formação de professores das primeiras letras uma na França e três no Brasil, estas eram exclusivas para os rapazes, e com o passar dos anos e as transformações sociais e econômicas, passaram a ser especificamente para mulheres, que foram denominadas de Normalistas, pelo fato de estudarem nas Escolas de Ensino Normal, é o que se demonstrou nesta pesquisa, pois esta temática encontra-se imbricada nas questões do processo de formação das professoras do Brasil.

Desvencilhar as histórias de instituições educacionais, é entender o presente, baseado no passado, dentro dos Institutos que ofertavam o Ensino Normal para a formação dos primeiros(as) professores(as). Foi possível constatar que estas instituições de Ensino Normal se consolidaram através das Leis, Decretos, Regulamentos e conseqüentemente normatizações, como também outros tipos de documentos com modelos pré-estabelecidos que abriram o leque para a inserção desta modalidade de ensino e especificamente para as mulheres, pois por vários anos o Ensino Normal era exclusivamente masculino.

A ampliação do Ensino Normal se materializou para atender às necessidades do processo de industrialização e urbanização, conseqüentemente, os homens começaram a deixar o Curso Normal para participarem deste processo, em razão da remuneração que seria melhor do que a profissão de professor. Todavia, o horário de trabalho passaria de seis para oito horas diárias para os homens, e a mulher (as Normalistas), trabalhariam um turno, restando o tempo para a educação dos filhos e o cuidado com o lar.

Portanto, considera-se que os processos educacionais, sociais, políticos e econômicos, são um conjunto de significações que são instaurados ao longo da história das Instituições Educacionais, não só no processo de formação dos(as) professores(as), como também na coletividade social.

Assim sendo, falar das histórias de instituições educacionais e formadora de professores (as), é realçar um formato de educação visto pelos documentos de forma normativa, centralizadora, disciplinadora, e de excelência no ensino, que ultrapassavam os muros escolares e entrelaçavam a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Decreto-lei nº 10 de 1835. **Collecção de leis, decretos e regulamentos desde 1835 a 1837 da província do Rio de Janeiro**. Tomo 1º. Nictheroy: Typographia Nictheroy de M.G. p.22-26.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.810 de 19 de março de 1932. **Colleção de Leis Municipais Vigentes de 1932 a 1935**. 5º v. Rio de Janeiro: Oficinas gráfica do jornal do Brasil. 1937. p.364-378.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 jan. 1946. p. 19-29. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon/index.jsp>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 out. 1827. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_14.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

DIAS, Marcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história que publicana. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes. **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p.75-90.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder sociedade de corte: investi a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FIGUEIRÔA, AnaPaulaRodrigues. **QUESAUDADEDAPROFESSORINHA: história e memória da escolarização das Normalistas niteroienses**

e **recifenses**. 2017. 316f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

LIMA, Edison Rodrigues de. **Modulando**: notas e comentários: arquitetura e urbanismo. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Evã Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSON, Nicole. **L' école Normale Supérieure**: les chemins de la liberté. Paris: Editions Gallimard, 1994.

MONTEIRO Ivanilde Alves, GATI Hajnalka Halasz. A educação da mulher em Pernambuco no século XIX: recortes sobre a Escola Normal da Sociedade Propagadora. **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 14, n. 1 (34), p. 99-126, jan./abr. 2014.

PERNAMBUCO. Projecto 55. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano, n.128, p. 1, jun. 1864

PERNAMBUCO. Decreto-lei nº 1.448, de 3 de setembro de 1946. Criação da Escola Normal Oficial de Pernambuco. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, ano 23, n. 197, p.3722-3723, set. 1946.

PERNAMBUCO. Decreto nº 2.631, de 26 de outubro de 1972. Reestrutura o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, nos termos da Lei Federal n. 5.692, de 11.08.1971, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, ano 59, n. 208, p. 4769, out. 1972.

QUEM SE LEMBRA DA PINTO JÚNIOR? **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 set. 1975.

SAVIANI, Dermeval et al. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

TANURI, Leonor Maria. **Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil**. 1969. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil: Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes. **As escolas normais no Brasil**: do império à república. Campinas, SP: Alínea, 2008. p.29-45.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DO BRASIL UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSOR**. 1990. 286 f. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 1990.